



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## SEGREGAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE ESPACIAL: O INÍCIO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM LONDRINA

**Elisa Roberta Zanon** (IAU-USP São Carlos-SP) - [elisazanon@usp.br](mailto:elisazanon@usp.br)

*Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina-PR (2004), especialização em História e Teorias da Arte pela Universidade Estadual de Londrina-PR (2006), Mestra pelo PROPGE (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Uni*

## **Segregação social e desigualdade espacial: o início das ocupações irregulares em Londrina**

### **INTRODUÇÃO**

A proposta deste artigo é colaborar para o debate da segregação social atrelada à desigualdade espacial, tendo como objeto empírico as primeiras ocupações irregulares identificadas em Londrina, Paraná. A justificativa deste estudo se pauta em dois pontos principais: primeiramente nota-se uma escassa produção sobre os fatores que condicionaram o aparecimento das ocupações irregulares nos anos de 1950, ao passo que o segundo ponto mobiliza uma possibilidade de método, tendo em vista que se buscam repostas para as indagações da segregação social do momento presente pelo viés do passado. Para tanto, tomou-se como fontes de pesquisa alguns documentos como plantas de loteamentos arquivados no setor municipal, aerofotos de 1970 e 1974, registros fotográficos, reportagens de jornal, relatos de dirigentes de órgãos públicos e textos publicados nas primeiras décadas da cidade, a fim de identificar a localização das primeiras ocupações irregulares e os processos envolvidos na organização do espaço.

Ainda que a segregação advenha de processos de longa duração na história humana, a produção espacial mediante a reprodução social apresenta especificidades cunhadas pela ação capitalista em cada contexto histórico-cultural. Transversalmente a este processo, cabe esmiuçar o papel do Estado e seu poder conformador do espaço urbano. A cidade de Londrina foi fundada em 1929 como a sede do empreendimento britânico ocorrido em parte do norte paranaense, o que, notadamente, após mais de duas décadas já havia ocupações irregulares periféricas em áreas pouco desejadas pelo capital, sendo algumas inaptas para habitação. Nos anos de 1960, a administração local organizou a criação da Cohab-LD (Companhia de Habitação de Londrina) em 1965 e sua instalação em 1969 como agente financeira do BNH (Banco Nacional da Habitação), na qual suas primeiras ações foram voltadas ao “desfavelamento” e implantação de conjuntos habitacionais. Partindo da análise documental, buscou-se compreender os processos que engendraram a concentração de população de baixa renda em determinados pontos da cidade e, por conseguinte, a reflexão sobre a produção de segregação social nos dias atuais.

### **SEGREGAÇÃO SOCIAL E AÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA**

A segregação é a divisão social do espaço correlacionada à divisão social do trabalho. É resultante da concentração dos iguais em porções distintas, ou seja, conjuntos de áreas homogêneas de população que se diferenciam espacial e socialmente pela renda. Para Corrêa (1989, p. 60), a segregação é “produto da existência de classes sociais” e “sua origem remonta ao próprio aparecimento das classes sociais e da cidade, que se verificaram de modo simultâneo”. Portanto, este processo vem de longa data, conformando o

espaço, o que para Corrêa (1989, p. 61) caracteriza “não apenas a cidade capitalista”, mas que sob a égide do capitalismo “a segregação assumiu novas dimensões espaciais”.

Para se compreender a segregação deve-se conhecer como as classes sociais são constituídas. Corrêa (1989, p. 61-62) explica que as forças que visam o acúmulo de capital “geram uma marcante fragmentação da estrutura social”, assim como inúmeros outros aspectos, dentre estes: desagregação da classe capitalista e proletária devido à divisão do trabalho; classes distintas de consumo; aparecimento de uma classe média burocrata que estabelece sua ideologia e organiza a produção, circulação, distribuição e consumo; desvios de consciência de classe; controle sobre a mobilidade social. Assim, a segregação na cidade capitalista emerge “da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentadas”. Ainda Corrêa (1989, 2007) é enfático ao afirmar que a segregação (residencial) é uma manifestação perversa da diferenciação espacial<sup>1</sup> em termos de fragmentação da cidade (processo amplo que envolve a descentralização, reestruturação urbana e a segregação social). Nesta perspectiva, Sposito (2013) traz a reflexão de que a segregação é um conceito polissêmico, mas que deve ser compreendido como processo e a “relação entre uma parte e conjunto da cidade”, sem ficar restrito à descrição de suas características. Partindo então da realidade urbana atual, Sposito (2013) reforça o uso do termo segregação socioespacial no intuito de tratar da complexidade das cidades na contemporaneidade, indo além da origem do conceito com a Escola de Chicago<sup>2</sup>. Nesse sentido, Sposito (2013, p. 67) procura deixar clara a sua argumentação sobre segregação (socioespacial), elencando alguns pontos importantes, dentre os quais, destaca que a objetividade e a subjetividade revelam “os campos de ações e lutas que movem a sociedade”. Na verdade, a segregação para a autora se vincula aos sujeitos sociais e suas práticas.

A segmentação socioespacial, quando se radicaliza e se expressa como segregação socioespacial, não está dada pela linha férrea, não se estabelece por si na lei, não configura porque resulta de uma ocupação inadequada. Esses fatos só ganham significado no modo como a sociedade os lê, decodifica-os e os representa, usando-os para, em suas ações, em suas práticas e em suas visões, constituir e reproduzir a segregação. (SPOSITO, 2013, p. 67).

Marcelo Lopes de Souza (2008, p. 82-84) destaca que nas cidades há dois grandes conjuntos de problemas: a pobreza que se apresenta caracteristicamente nas favelas e periferias pobres; e a segregação residencial que se configura pelas disparidades espaciais criadas pelo próprio Estado na implantação de infraestruturas e no favorecimento de moradores de elite.

---

<sup>1</sup> De acordo com Roberto Lobato Corrêa (2007, p. 62) a diferenciação espacial é um conceito amplo e fundamental para o campo disciplinar da Geografia e outras ciências, sendo “necessária e inevitável, parte integrante da ação humana”. Corrêa (2007, p. 63) fala também em “diferenças sócio-espaciais” que constituem simultaneamente reflexo (combina elementos da natureza e ação humana), meio (propicia a vida econômica e social) e condição (reprodução social e mudanças) para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista.

<sup>2</sup> A Escola de Chicago nos EUA foi fundada por Robert Ezra Park e demais sociólogos na década de 1920 que colaboraram para a difusão de modelos teóricos sobre as cidades norte-americanas.

(...) a segregação está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder. A segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades (→ retroalimentação positiva), ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos. (SOUZA, 2008, p. 84)

Pode-se dizer também que o Estado que atua como um dos agentes produtores do espaço urbano o qual corrobora para a reprodução da divisão social do trabalho e espacial das atividades. De todo modo, são as indagações do presente que mobilizam a busca pela gênese do processo de segregação social, tendo como particularidade o caso da cidade de Londrina. Isto posto, pode-se afirmar que olhar para o passado é uma questão de método, tomando como base os escritos de Marx sobre os modos de produção ou ainda com Harvey (2015) em sua publicação *Paris: capital da modernidade* na qual o autor faz uma pesquisa histórico-geográfica da cidade de Paris no período de 1848 a 1871 para compreender o momento de mudanças e explicações do presente.

A formação do Estado Moderno está ligada à concepção liberal, baseada na propriedade privada. Na teoria de Marx, o Estado é um importante elemento de estudos ainda que o autor não tenha desenvolvido uma teoria específica. O Estado é um instrumento para o poder político da classe capitalista, ou seja, é resultante da correlação de forças e do jogo político disputado pelas frações de classe que buscam a hegemonia do bloco no poder, no entendimento de Poulantzas (2019). Na obra *Poder político e classes sociais*, Nicos Poulantzas (2019) se alinha à tradição marxista de Louis Althusser na qual desenvolve de forma ampliada o conceito do modo de produção e especificamente o modo de produção capitalista, como também analisa os aspectos que compõem o Estado tipo capitalista. Nesta correlação de ideias, Althusser (1999, p. 100) ao descrever sobre o essencial da teoria marxista coloca que o Estado e sua existência só tem sentido em função do “Poder de Estado”, e assim “toda a luta política de classes gira em torno do Estado: entendamo-nos, em torno da posse, isto é, da tomada ou conservação do poder de Estado, por determinada classe, ou um ‘grupo no poder’ isto é, uma aliança de classes ou de frações de classe”. Ainda, sobre a função do Estado, Poulantzas (2019, p. 52) indica em primeiro lugar o nível econômico e “mais particularmente ao processo de trabalho, à produtividade do trabalho”, e avança ao relacionar que o Estado também incorpora as funções política e ideológica.

O papel global do Estado como fator de coesão de uma formação social pode, enquanto tal, distinguir-se em modalidades particulares referentes aos diversos níveis de formação, ou seja, em funções econômica, ideológica, política no sentido estrito do termo – papel no conflito político de classe. (POULANTZAS, 2019, p. 53).

Tendo em vista que o Estado é uma forma de representação do capital, a ideologia está a serviço da classe hegemônica ou das frações de classe que estão no poder que buscam condições de exploração como dominação. Nesse sentido, Althusser (1999) acrescenta à teoria marxista o conceito dos “aparelhos ideológicos de Estado”, diferentemente do que vem a ser o aparelho

(repressor)<sup>3</sup> de Estado. Portanto, “cada AIE corresponde o que se chama de ‘instituições’ ou ‘organizações’” (ALTHUSSER, 1999, p. 103). Assim, as instituições ligadas direta ou indiretamente ao poder do Estado desempenham papel crucial na reprodução social, remetendo a diversos aparelhos como escolar, religioso, familiar, sindical e outros.

Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em uma AIE garante sua unidade de sistema ‘ancorada’ em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de ‘suporte’. (ALTHUSSER, 1999, p. 104).

Se tais pressupostos defendidos por Poulantzas (2019) e Althusser (1999) trazem avanços para a teoria política marxista nos anos de 1960 e 1970, neste trabalho, estes elementos tornam-se basilares para o método de pesquisa pelo viés do Materialismo Histórico Dialético, tendo o Marxismo sua principal vertente. Portanto, a teoria fornece uma lente para observar a ocorrência das primeiras ocupações informais em Londrina na década de 1950, por assim ditas irregulares, ou ainda “favelas” na escrita coloquial da época. Essas não surgiram ao acaso, mas pode-se dizer que emergiram a partir do contraste social em curso: de um lado a ascensão da riqueza por parte de uma elite que passa a investir os excedentes da produção cafeeira na cidade e por outro lado, a pobreza que se instala nos arrabaldes.

## FUNDAÇÃO, ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO SOCIAL EM LONDRINA

Londrina é considerada uma “cidade nova”, fundada em 1929 pela CTNP<sup>4</sup>, tornando-se a sede do empreendimento britânico e, por assim dizer, a “boca do sertão”, o ponto de partida rumo a oeste para a ocupação de parte do setentrão do estado do Paraná. Com a emancipação em 1934 e com a crescente atratividade da venda de terras direcionada aos migrantes e imigrantes, tão logo a urbanização precoce em Londrina se fez presente. Em alguns textos dos anos de 1950, a cidade é descrita com veloz expansão.

Assim, graças a dois fatores conjugados: o fator geográfico, isto é: a posição geográfica privilegiada – no coração dessa riquíssima região

---

<sup>3</sup> De acordo com Althusser (1999, p. 102), o aparelho de Estado “compreende o governo, a administração, as forças armadas, a política, os tribunais, as prisões”, sendo que o termo repressor é colocado pelo autor como “exercício da violência física”.

<sup>4</sup> A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi uma empresa britânica criada em 1925 como subsidiária da matriz *Paraná Plantations Limited* situada em Londres. Pouco antes, em 1924, o governo britânico adquiriu uma área de terras devolutas do Governo do Paraná, localizada no norte do estado, com 515.000 alqueires paulistas com o objetivo de realizar empreendimentos imobiliários para o setor agrícola. Desse modo, em parte considerável do norte do estado do Paraná foi promovida a primeira metade do século XX, uma “colonização planejada” nos termos de Monbeig (2007, p. 16), com a implantação de ferrovia e rodovia e a fundação de mais de 60 cidades (somando os distritos) para que funcionassem como entrepostos comerciais da área rural.

agrícola; e ao fator histórico, isto é: o fato de ter sido o marco inicial e a sede onde se dirigiria a colonização dessa região, Londrina já estava de antemão destinada a ter um rápido desenvolvimento e uma importância ímpar na região. (PRANDINI, 1954, p. 61-62)

Todavia, Nice Lecocq Müller<sup>5</sup> (2007, p. 53-55) na data de sua publicação em 1956, observou que a ocupação urbana em Londrina mostrava um zoneamento relativamente espontâneo devido à diferença de preço dos terrenos, orientados indiretamente pela Companhia. Havia lotes edificadas ao longo da Avenida Paraná (estrada de rodagem) e nas proximidades da ferrovia, ao mesmo tempo em que avançavam os parcelamentos nos arredores da planta inicial da CTNP. Tal lógica contribuiu para o processo de ocupação periférica localizada na zona suburbana, formando o que Müller (2007) chamou de “constelação de ‘vilas’”, cerca de 53 até o início dos anos de 1950, quantidade essa também citada por Prandini (1954). Naquele momento, Müller (2007, p. 55-56) descreve que essas nasceram da “subdivisão de lotes em pequenos terrenos de baixo preço”. E de acordo com Prandini (1954, p. 66), estas vilas<sup>6</sup> foram quase todas “instaladas entre 1944 e 1947”, sendo procuradas em razão do valor mais acessível.

Os lotes que envolvem a cidade foram muito valorizados, mas, de outro lado, são muito mais baratos que os da área urbana e é assim que começam a ser vendidas pequenas datas para construção, muitas delas cobertas pela lavoura cafeeira, que é, então, abandonada ou logo derrubada. Cada lote vendido, vai constituir uma vila. Assim, muitas delas não passam de um quarteirão com uma dúzia de casas; outras, porém, são bem grandes e já possuem até um pequeno comércio, como: a Vila Casoni, Nova, Agari, etc. (PRANDINI, 1954, p. 66).

Nas falas de Prandini (1954) e Müller (2007), a localização de grande parte destas vilas (ao norte e a leste) suscita algo a mais da posição geográfica, o que remete à zona suburbana e para fora da área oficial projetada pela CTNP, ou seja, para além e abaixo da ferrovia, compartilhando espaço com outras atividades como as serrarias, a cerâmica e outros usos industriais. Portanto, a implantação de vilas em Londrina foi uma prática recorrente no passado, sendo que as primeiras datam da década de 1930, como a Vila Casoni iniciada em 1937. Como exemplificação deste processo, a publicação do IPAC/LDA (1987) mostra que a vinda da família Casoni – proveniente da cidade paulista de Piraju (SP) –, promoveu a ocupação inicial urbana do que viria a ser a Vila Casoni. Como Domingos estava com dificuldades de pagamento do lote de chácara que comprou da CTNP, optou por mudar os seus planos, que de acordo com o IPAC/LDA (1987, p. 16), por sugestão do prefeito Willie Davids e do engenheiro da companhia, Alexandre Rasgulaeff, passou “vender suas terras em pequenos lotes urbanos, já que sua propriedade ficava próxima às primeiras edificações que dariam origem ao centro da cidade”. Tudo leva a crer que embora parecesse ter conflitos entre a

---

<sup>5</sup> De acordo com Fresca e Carvalho (2007), o artigo foi publicado originalmente no *Boletim Paulista de Geografia*, n. 22, p. 55-97, março, 1956.

<sup>6</sup> O conceito de vila tratado aqui é comumente ligado ao de parcelamento do solo, sendo distinto da definição do IBGE - localidade da sede distrital que possui funções administrativas na organização do território municipal, sendo diferente da cidade sede com atribuições político-administrativas em um município.

CTNP e a família Casoni na venda de lotes, por outro lado a demanda atenderia a públicos diferentes, sendo que os lotes na vila, abaixo da linha, tinham um valor menor em razão da localização fora do tabuleiro inglês, como mostra parte do depoimento de Domingos Casoni concedido ao grupo de trabalho do IPAC/LDA.

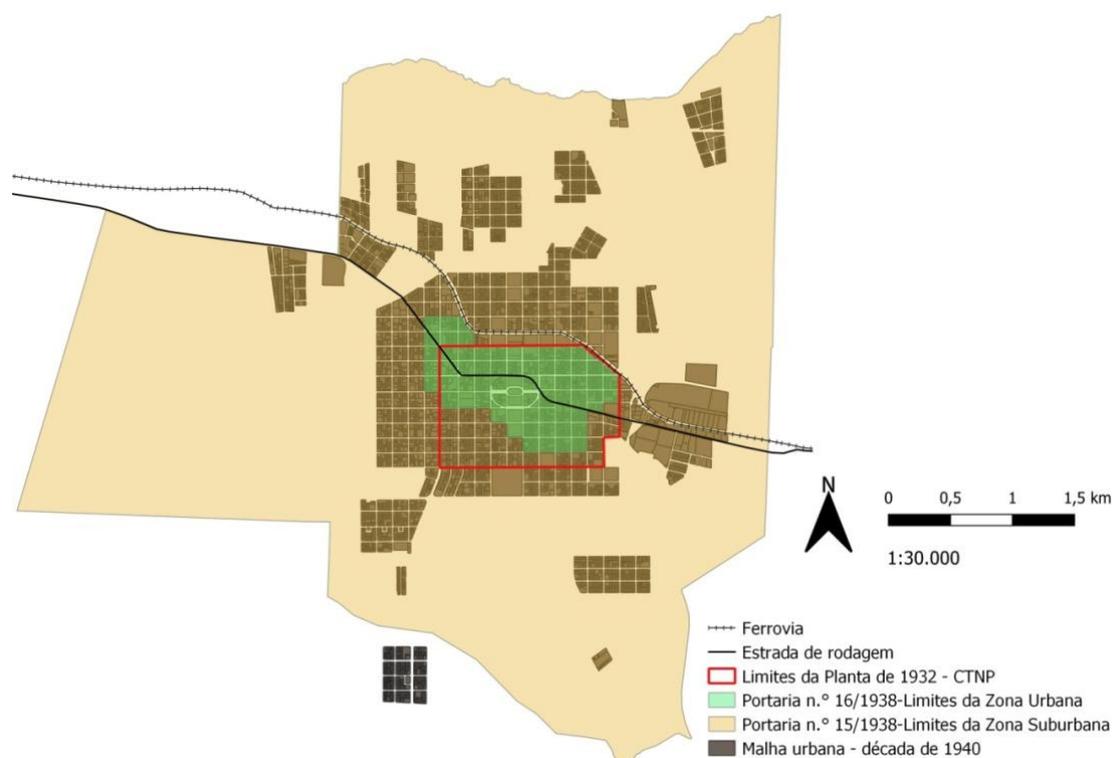
Eu estava em situação crítica. Eu estava querendo vender o lote e voltar para Piraju. Isso tudo em virtude da situação financeira que eu estava e que era agravante. (...) a Companhia vendia a 500 mil réis cada data e eu passei a vender a 375 mil réis. Então eu loteei uma parte do lote 39 e passei a vender e assim então tomando fôlego, fiquei mais à vontade, fiquei mais livre e comecei a me firmar aqui. (IPAC/LDA, 1987, p. 19)

Na segunda metade da década de 1940 encontram-se indicações de uma expressiva construção desses empreendimentos com Prandini (1954) e Müller (2007); e ainda outras até o final dos anos de 1950. Na edição comemorativa do jubileu de prata de Londrina, em dezembro de 1959, Coutinho (1959, p. 42) lista 88 vilas pelas suas cercanias. Na verdade, já havia desde os primórdios certa conveniência entre os diferentes produtores imobiliários, quer sejam estes os agenciadores da CTNP quer sejam os donos de chácaras nas imediações da planta fundacional da cidade. Cumpria-se, nesse sentido, o propósito capitalista de exortar a renda da terra com a prerrogativa da oferta para demandas de públicos específicos.

Desse modo, a formação periférica de vilas chama a atenção das autoras pela produção mercantil de terrenos, criação de vazios urbanos e ocupação desmedida, o que Prandini (1954, p. 66) via como um grave problema, “uma vez que eram criadas com o intuito meramente comercial, não obedecendo seu traçado a nenhuma técnica urbanística”. Além disso, Prandini (1954) expõe que havia (naquele momento), na área urbana propriamente dita, quadras inteiramente vazias e cerca de 30% de lotes ociosos. Com base nestas fontes bibliográficas, consideradas aqui também como históricas, é possível supor que havia até o final dos anos de 1940 dois processos de ocupação, sendo um conformado pela planta oficial da CTNP e outro pela expansão de vilas localizadas na zona suburbana. Por outro lado, o trabalho de Nalin (1991, p. 25) explicita que na década de 1940 a venda de lotes urbanos pela CTNP cessou por terem acabado, o que corroborou para uma supervalorização da terra nesta área do plano original ao mesmo tempo em que os terrenos nas imediações passaram a ser visados para novos loteamentos: “tudo leva a crer que com a escassez de lotes e a alta valorização da terra, os proprietários rurais que possuíam suas terras próximas à área urbana, vendiam-nas sem qualquer critério urbanístico”. Aqui um ponto importante, pois se retomando o texto de Prandini (1954), pode-se inferir que os lotes vazios citados pela autora na área do plano da CTNP estavam vendidos, porém, não ocupados, o que implica também na especulação da terra, abrindo um posterior cenário para a verticalização.

No mapa da Figura 1 observam-se as zonas suburbana e urbana delimitadas pelas portarias n.º 15 e n.º 16 de 1938, respectivamente, como também as ocupações descontínuas na mancha urbana da década de 1940.

Figura 1 – Delimitações de zonas urbana e suburbana na cidade de Londrina.



Fonte: da autora

Sem condições de atender as demandas do crescimento da cidade, uma das primeiras ações da administração do Prefeito Hugo Cabral<sup>7</sup> (mandato de 1947 a 1951) foi o Decreto n.º 1 de 2 de janeiro de 1948 que estabeleceu a suspensão de “aplicação dos dispositivos vigentes que regulam a aprovação de divisão de terrenos em lotes nas adjacências da cidade” até que fosse concluído o “plano urbanístico local a ser organizado por técnicos de reconhecida capacidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA, 1948). Entretanto, este preceito legal deve ser lido com mais profundidade, cabendo aqui um detalhamento histórico em razão da conjuntura política do período.

Comumente, menciona-se a década de 1950 como o período áureo de Londrina, seja pelo destaque na produção cafeeira seja pela expressão de inúmeros prédios construídos na cidade, hoje parte reconhecida como patrimônio histórico. Entretanto, é a coexistência de diferentes arranjos políticos e econômicos do final dos anos de 1940 que conduziram a decisões importantes na sequência. O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) trouxe desdobramentos significativos que reverberaram inclusive no norte do Paraná. Em 1944 os investidores ingleses da CTNP que mantinham a marcha da ocupação da região, indo de leste para oeste, colocaram a empresa à venda, incluindo a estrada de ferro. De acordo com Cernev (1997, p. 60) o governo inglês se viu obrigado a adotar uma política de retorno dos seus capitais no estrangeiro. A sua aquisição foi feita por um grupo de empresários

<sup>7</sup> Primeiro prefeito eleito em sufrágio universal após a queda do Estado Novo (1937-1945) da Era Vargas.

paulistas que mudou o nome para CMNP<sup>8</sup> (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), dando continuidade ao empreendimento. Além da CMNP, dezenas de outras companhias colonizadoras impulsionaram o avanço da frente pioneira agrícola nesta porção do estado, gerando atratividade de diferentes públicos que buscavam oportunidades. Na pesquisa de Rosaneli (2013, p. 83-84), o autor identificou 41 empresas “que atuaram desde a fundação de Primeiro de Maio (1923) até a da cidade de Tupãssi, em 1966” e explica a ação destas no território paranaense.

(...) empresas de todo porte e de várias nacionalidades atuaram no processo de expansão da fronteira do café no Paraná. Diversas foram constituídas para operar restritas ao parcelamento rural, mas muitas, ao mesmo tempo, também trabalharam na fundação de núcleos urbanos. (ROSANELI, 2013, p. 83)

Já no contexto urbano de Londrina, a saída da CTNP abriu espaço para a ação de outros agentes imobiliários, o que gerou tamanha euforia para os negócios e preocupação para a administração pública. É importante relacionar o término da Era Vargas (1930-1945) e o início do período democrático brasileiro (1945-1964) com a ascensão de uma elite cafeeira local representada pela UDN (União Democrática Nacional) que venceu as eleições municipais em 1947. Em 1945, no período democrático, Arias Neto (2008, p. 74) argumenta que a Associação Comercial londrinense se coloca em oposição ao Estado Novo, o que mobilizou a população com o lançamento do *Manifesto ao Povo do Norte do Paraná* “assinado por profissionais liberais, por um cartorário, por um professor e por muitos comerciantes”. Posteriormente, os fazendeiros aderiram e tal fato contribuiu para o embrião da UDN em Londrina. Já em 1946, os fazendeiros fundaram a Associação Rural de Londrina, hoje Sociedade Rural do Paraná. E foi através desta associação que seu presidente, Hugo Cabral, venceu o pleito eleitoral de 1947 pela legenda da UDN. Arias Neto (2008, p. 76) conta que após as eleições de 1947, “os cafeicultores associados a profissionais liberais e comerciantes assumiram o controle político do município, do qual foram deslocados somente em 1969”. E estes mesmos foram os fundadores da UDN em Londrina, mantendo a hegemonia por certo tempo.

Portanto, tais acontecimentos no contexto internacional e, por assim, nacional repercutiram no desencadeamento de processos de construção e expansão da cidade de Londrina, na segunda metade dos anos de 1940.

Cabe destacar que se, até o início da década de 1940, a produção do solo urbano estava sob o monopólio da CTNP, a desagregação do complexo britânico e o fim do Estado Novo permitiram o estabelecimento da livre concorrência no setor – o que ocasionou a entrada de vários agentes imobiliários neste processo –, cujo resultado foi a implantação daqueles inúmeros loteamentos sem planejamento, sem infra-estrutura. (ARIAS NETO, 2008, p. 101).

Contudo, a entrada nos anos de 1950 carrega o ensejo da ordenação do espaço para a “ideia de progresso”. É, portanto, chegado o momento de reatar

---

<sup>8</sup> A Cia. Melhoramentos Norte do Paraná atuou na colonização de terras até os anos de 1960 e depois passou a desempenhar atividades de exploração agrícola e industrial da cana-de-açúcar e álcool, o comércio de imóveis urbanos e rurais e a participação em outras empresas.

os acordos espaciais após um breve período de quase livre-arbítrio de normas. Assim, o poder público estabeleceu as regras, ou melhor, um conjunto legislativo de aparente organização espacial, quando na verdade, era uma separação social. Rolnik (2003, p. 13) argumenta que a lei funciona como um molde da cidade ideal ou desejável, como também destaca que “ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada”. Entre 1951 e 1955, Arias Neto (2008, p. 106) identificou um compilado normativo estabelecido em Londrina, conformando o que o autor chamou de “Estatuto da Cidade Moderna”, a saber: Lei 133 que dispõe sobre Arruamento, Loteamento e Zoneamento em 1951, Código de Posturas em 1953, o RTL (Regime Tributário de Londrina) em 1953 e Código de Obras em 1955. Deste conjunto destaca-se a Lei 133<sup>9</sup> que foi elaborada por Francisco Prestes Maia<sup>10</sup> como parte do que seria um Plano Urbanístico, mas que resultou basicamente na aprovação desse regulamento. Obviamente, tais práticas de separação da cidade, no modo de ver de Arias Neto (2008, p. 107) “evidenciam a vontade e intencionalidade segregacionistas, resguardando às classes dominantes os melhores espaços da cidade, bem como prescrevendo para estas o maior número de benfeitorias urbanísticas”. Nesse sentido, cada grupo social teria seu local determinado.

Tratava-se de organizar a cidade colocando cada grupo social em seu devido lugar e espaço e, ao mesmo tempo, alimentar a esperança de que o progresso beneficiaria a todos de modo justo, de acordo com os talentos e com a capacidade de trabalho de cada cidadão. (ARIAS NETO, 2008, p. 105)

Ainda que a década de 1950 seja lembrada com júbilo pelas conquistas econômicas, é justo registrar que a construção da cidade também pertence aos “anônimos”, ou melhor, aqueles que não conseguem um lugar legalizado e que encontram guarida nos espaços possíveis. O avanço das vilas nas imediações da planta da CTNP tornou-se uma resposta à diferenciação espacial pela localização e no valor da terra em razão das exigências legais mais brandas, assim como pela infraestrutura e serviços pouco disponíveis. Essa situação implicou no esgarçamento da mancha urbana pela oferta de terrenos mais acessíveis em áreas periféricas, ao mesmo tempo em que abriu possibilidades para ocupações informais. Portanto, foi no processo de exaltação da riqueza que emergiram também as primeiras ocupações em Londrina, chamadas de favelas naquele momento.

---

<sup>9</sup> Lei 133 de 7 de dezembro de 1951 é considerada uma lei robusta para a época em que foi aprovada em Londrina, substituindo normativas anteriores um tanto simplórias. A lei possui 149 artigos em seis capítulos, sendo que dos três assuntos que aborda, o zoneamento abrange quase a metade do conjunto.

<sup>10</sup> Prestes Maia (1896-1965) esteve à frente da Prefeitura de São Paulo entre 1938 e 1945 e, depois, de 1961 a 1965. Um de seus trabalhos de destaque é o “Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo”, apresentado em 1930. Também foi importante na difusão do zoneamento como instrumento urbanístico.

**A AÇÃO DO ESTADO FRENTE ÀS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES (INFORMAIS) EM LONDRINA**

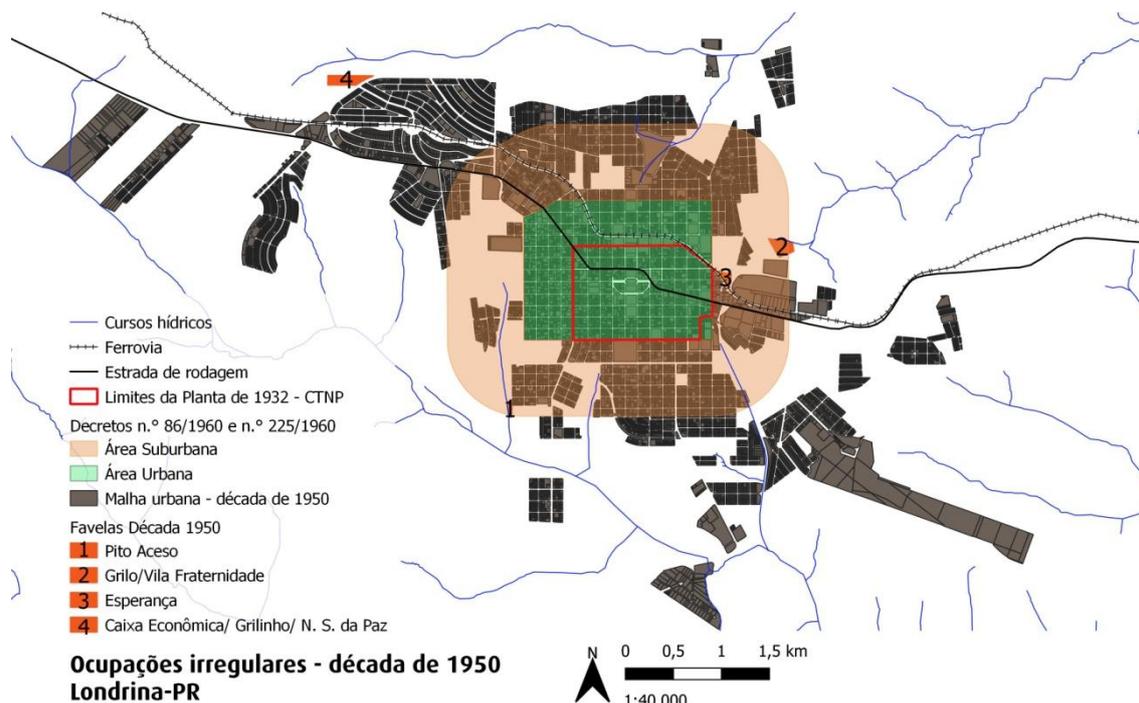
Nos estudos locais sobre as demandas e a produção da habitação social em Londrina, boa parte dos trabalhos destacam as problemáticas atuais, sendo que o momento da criação da COHAB-LD<sup>11</sup> (Companhia de Habitação de Londrina) é colocado simplesmente como referência contextual. Obviamente, a produção de habitação social no município pela companhia é significativa, pois de acordo com o relatório da Prefeitura de Londrina (PERFIL, 2020), das mais de 40 mil unidades populares construídas no município até o ano de 2019, a produção via Cohab-LD representa 86%, sendo que no período de 1970 a 1991 somam 22.913 unidades com recursos do BNH/FGTS. Num primeiro momento, os conjuntos habitacionais eram constituídos por poucas quadras, inseridos na continuidade da cidade, mas ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980 chegaram a grandes proporções, implantados de modo periférico e distantes entre si, sendo responsáveis pelo aumento da mancha urbana. Na porção norte da cidade, indo além da rodovia, a região recebeu, entre os anos de 1977 e 1982, o total de 12.248 unidades habitacionais construídas através da COHAB-LD, perfazendo mais 55 mil habitantes ao se considerar a média de 4,5 pessoas por moradia. Atualmente, a população na região Norte é de 126.305 habitantes (IBGE, 2010), constituindo um subcentro econômico em Londrina como resultado em grande parte da concentração de conjuntos e loteamentos populares, representando forte segmentação social ao longo de décadas, se observada no conjunto da cidade.

Não obstante, encontra-se aqui uma lacuna, pois uma vez que a produção inicial da companhia de habitação parta de ações de implantação de conjuntos e dentre as quais, as que visam o desfavelamento, se faz necessário compreender as ocupações informais que já estavam presentes na cidade logo nas primeiras décadas seguidas de sua fundação. De acordo com Martins (2007), a sua pesquisa sobre habitação social em Londrina identificou quatro ocupações nos anos de 1950, sendo estas: Pito Aceso iniciada em 1953, Vila do Grilo de 1955, Vila Esperança de 1958 e Favela da Caixa Econômica ou Grilinho de 1959. A procedência dos primeiros moradores destas ocupações seria, conforme Martins (2007, p. 83) área rural de Londrina, Paraná, outros estados e do Nordeste. Destas, somente a da Caixa Econômica obteve regularização fundiária sem processo de remoção, resultando no Jardim Nossa Senhora da Paz, sendo que as demais passaram por desfavelamento. O mapa da figura, a seguir, mostra a localização das primeiras ocupações informais em Londrina na década de 1950 que, assim como as vilas, também seguiram a lógica da zona suburbana.

---

<sup>11</sup> A COHAB-LD (Companhia de Habitação de Londrina) foi instituída pela Lei Municipal nº. 1.008, de 26 de agosto de 1965 e instalada como agente financeira do BNH (Banco Nacional da Habitação) em 1969. Atua como uma sociedade composta por ações de economia mista, estando vinculada à Prefeitura do Município de Londrina como entidade de administração indireta e com atribuições de produção e comercialização de casas, urbanização e/ou reurbanização de áreas degradadas.

Figura 2 – Mapa com a localização das primeiras ocupações em Londrina.



Fonte: da autora

Nesse sentido, a importância deste estudo aponta para o premente debate da segregação social colocado em ênfase, cabendo a investigação de sua gênese em Londrina e, por conseguinte, sua localização. Para tanto, foram selecionados os casos de quatro ocupações (Bom Retiro, Pito Aceso, Grilo e Esperança) que foram realocadas nos conjuntos habitacionais Barravento e Pindorama 1 e 2, sendo que estes fazem parte dos primeiros empreendimentos da companhia de habitação em Londrina.

Assim, o primeiro processo de desfavelamento em Londrina ocorreu na Vila Portuguesa, referente à ocupação do Bom Retiro que foi levada para o Conjunto Habitacional Barravento. De acordo com Nelson Gavetti (1998, p. 58), que foi diretor presidente (1969-1974) na gestão do Prefeito Dalton Fonseca Paranguá (1969-1973), a escolha desta ocupação para o processo de desfavelamento foi por possuir o menor número de ocupantes em relação às demais, o que daria melhores condições para a experiência; por ser uma ocupação explorada por um proprietário que cobrava o aluguel dos barracos; por estar desprovida de acesso à água; e por se encontrar nas proximidades de um terreno que necessitava de saneamento básico. Na verdade, essa ocupação estava localizada nas proximidades do Córrego Bom Retiro, na porção ao norte da planta da CTNP. Em consulta ao acervo do Setor de Aprovação de Loteamentos da Prefeitura Municipal de Londrina, consta no projeto de parcelamento do Conjunto Habitacional Barravento a quantidade de 34 unidades de tipologia habitacional unifamiliar (Padrão LD-2:31) com casa isolada no lote de 96,00 m<sup>2</sup>, distribuídas em 4 quadras, contendo 3 praças que constituem resíduos de parcelamento e um centro comunitário. O empreendimento foi entregue em 1971 aos moradores e regularizado em 1987. A figura a seguir mostra a localização da ocupação e do conjunto habitacional em que foram realocados os moradores.

Figura 3 – Desfavelamento do Córrego do Bom Retiro em Londrina.



Fonte: dados organizados pela autora.

Segundo Gavetti (1998) o processo de desfavelamento praticado pela Cohab-LD neste momento tratava-se de elaborar a ficha-levantamento dos moradores da ocupação; estabelecer parceria com os estudantes da Faculdade de Medicina de Londrina que visitavam os barracos para orientações quanto à higiene e uso do banheiro e pia, etc.; marcar a presença da polícia militar e do corpo de bombeiros no dia do deslocamento dos moradores; estabelecer parceria com a SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) para dedetização dos utensílios dos moradores antes de se instalarem nas moradias; e fazer o sorteio das casas. Ainda, antes do trabalho de mudança, os ocupantes eram submetidos a exames médicos e de laboratório (GAVETTI, 1998, p. 66). Todas essas ações faziam parte da integração dos ocupantes ao novo modo de viver, sendo que tal abordagem também pode ser lida como o ideário da casa própria.

Nesse sentido, o período do BNH<sup>12</sup> como atuação do Estado representa a retomada da “filosofia da casa própria”, pois a casa era vista como um estímulo de poupança, além de constituir a estabilidade social buscada como estratégia do governo militar, pois ao ser proprietário, este se torna um “aliado da ordem”, como colocado por Azevedo e Andrade (1982). É importante compreender que nessa articulação do BNH, as Cohabs assumem função de executoras dos projetos habitacionais e de melhorias urbanas. Azevedo e Andrade (1982) descrevem que o BNH teve a incumbência de aprovar os projetos de urbanização e habitação ao mesmo tempo em que gerenciava os recursos do FGTS, ao passo que as Cohabs gerenciavam o repasse dos recursos às empreiteiras imbuídas na construção das habitações, o que, além disso, as Cohabs deveriam fiscalizar as obras e comercializar as habitações para baixa renda. Ainda, a prefeitura assume os encargos de urbanização do terreno (acessos, arruamento, meio fio, rede de esgoto e água).

É importante contextualizar que o desfavelamento era uma prática apoiada pelo BNH. A partir da Lei nº. 4.380 de 21 de agosto de 1964 que institui o Plano Nacional de Habitação (PNH) e que cria o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), passa-se a construção de uma política habitacional, embora controversa em

<sup>12</sup> O BNH criado em 1964 foi extinto pelo Decreto-Lei nº. 2.291/1986, e de acordo com Fernandes e Ribeiro (2011) “por incorporação à Caixa Econômica Federal”, sendo que esta herda todos os direitos e obrigações do banco. Nesse contexto, mesmo que o BNH tenha deixado de existir, a Cohab-LD e outras semelhantes continuam atuando nas cidades.

vários aspectos. Azevedo e Andrade (1982, p. 59) enfatizam que o descontentamento das “massas” populacionais no campo e nas cidades, despertadas politicamente no Governo Goulart, levou o governo militar a adotar medidas capazes de acalmar as tensões sociais, com a criação do IBRA<sup>13</sup> e do BNH, sendo que, “aquele no campo, este nas cidades, faziam parte de elaborada estratégia destinada a ‘esfriar’ as massas, e, se possível, obter delas o apoio”. Todavia, a estratégia em atender a demanda por habitação social não nasce com exclusividade no governo dos militares, pois já na Era Vargas (1930 a 1945) a temática habitacional fazia parte do projeto nacional desenvolvimentista. Bonduki (2017, p. 81) coloca que a habitação era colocada sob diferentes aspectos: como “condição básica de reprodução da força de trabalho” e, por assim, “fator econômico na estratégia de industrialização do país”; a habitação influenciava “na formação ideológica, política e moral do trabalhador”, ou seja, constituía o meio para forjar o “trabalhador-padrão” desejado pelo regime de governo. Para tanto, Bonduki (2014, p. 41) explicita que para alcançar os objetivos de difusão do ideário da casa própria, o governo de Vargas atuou com forte intervenção estatal, regulamentando o mercado habitacional e a criação de autarquias estatais para dar segurança jurídica. No regime militar (1964-1985) tal prática é retomada, sendo propagada nos moldes da tecnocracia, como se observa na fala de gestores municipais como Gavetti (1998, p. 63): “o que Banco Nacional da Habitação trazia em sua filosofia, era o conceito de que a habitação não deveria ser um fim, mas sim um meio para a estruturação digna do homem e seus familiares”.

Retomando os processos de desfavelamento em Londrina, o segundo caso foi mais complexo, pois ainda que tenha sido construído um conjunto habitacional em duas etapas (Pindorama 1 e Pindorama 2), este envolveu a remoção de pelo menos três ocupações existentes na cidade, sendo estas: Pito Aceso, localizado em uma das margens do Córrego Água Fresca; Esperança, ao lado da linha de trem; e do Grilo (Vila Fraternidade) nas margens do Córrego Londrina, próximo à mata do Marco Zero. O conjunto habitacional que recebeu as famílias dessas ocupações foi construído na localidade da favela do Grilo, na zona suburbana e abaixo da linha do trem, como mostra a figura a seguir. No setor de Aprovação de Loteamentos da Prefeitura Municipal de Londrina constam 180 moradias que compõem o Pindorama 1 (116 unidades) entregue no ano de 1972 e o Pindorama 2 (63 unidades) em 1976 com tipologia habitacional (padrões LD-233 e LD-G26) unifamiliar isolada no lote de 135,00 m<sup>2</sup>. No projeto, as casas foram distribuídas em 10 quadras, sendo atendidas por uma praça e uma área institucional indicada para Centro Comunitário no fundo de vale. A regularização fundiária data de 1995.

---

<sup>13</sup> IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária criado por motivação análoga ao BNH como resposta a pressão das ligas camponesas e as invasões de terra.

Figura 4 – Ocupações que foram removidas para o conjunto habitacional Pindorama.

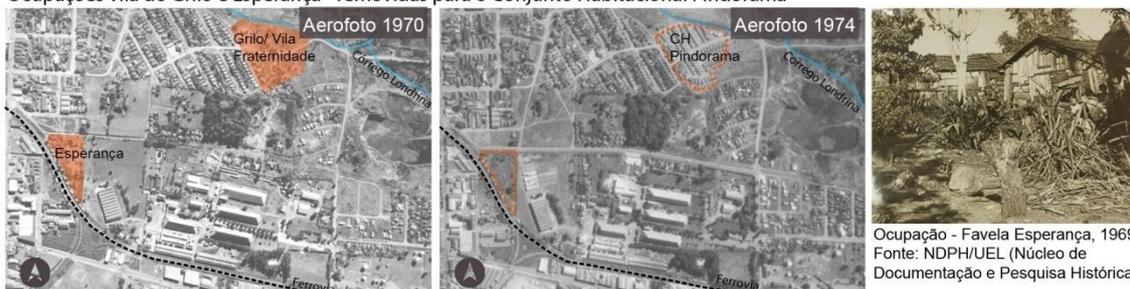
Ocupação Pito Aceso - removida para o Conjunto Habitacional Pindorama



Fonte Aerofotos: IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina)/ imagens editadas pela autora.

Ocupação nas margens do Córrego Água Fresca - Favela Pito Aceso, alagada pelo Igapó, 1972. Fonte: NDPH/UEL (Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica)

Ocupações Vila do Grilo e Esperança - removidas para o Conjunto Habitacional Pindorama



Fonte Aerofotos: IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina)/ imagens editadas pela autora.

Ocupação - Favela Esperança, 1969. Fonte: NDPH/UEL (Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica)

Processo de remoção das ocupações para o Conjunto Habitacional Pindorama



Caminhão da Prefeitura de Londrina com os móveis dos moradores dos barracos, 1972. Fonte: NDPH/UEL

Pessoas retiram entulhos do desmanche dos barracos, 1972. Fonte: NDPH/UEL

As novas casas populares (alvenaria) construídas onde era a "Favela do Grilo", 1972. Fonte: NDPH/UEL

Quadra poliesportiva e Centro Comunitário da Vila da Fraternidade, 1972. Fonte: NDPH/UEL

Fonte: dados organizados pela autora.

O processo de remoção das três ocupações para o Conjunto Habitacional Pindorama foi mais conturbado que o primeiro desfavelamento. No caso da favela Esperança, Gavetti (1998, p. 67) conta que os ocupantes eram contrários à mudança, o que gerou tensão no dia, mas que após derrubar vários barracos, todos aceitaram a condição. Este episódio é relatado com êxito, o que, no entanto, fica a dúvida, se tal abordagem seria adequada. Mais uma vez a ideologia, no caso higienista, se fez presente: “nosso objetivo era retirar aquelas vidas do submundo e a mancha na paisagem urbanística da cidade” (GAVETTI, 1998, p. 67).

Tal ação coercitiva fazia parte do processo de desfavelamento, pois todos eram impelidos à mudança. Entretanto, não se tratava somente do deslocamento da casa, mas também a inserção desta população no sistema financeiro preconizado pelo BNH, o que, a partir daquele momento os ocupantes assumiriam a dívida do imóvel como mutuários. Todavia, neste processo os que não podiam pagar deveriam ser realocados em “núcleos de triagem”, ou seja, casas de madeira nos conjuntos habitacionais. Essa “solução” aparece tanto descrita nos jornais da época quanto no projeto do Conjunto Habitacional Pindorama aprovado na Prefeitura de Londrina, como mostra a figura abaixo.



nos traz a reflexão sobre a renda terra, sendo este ponto central da ação capitalista.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930-1975*. 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 7.ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Unesp: Edições Sesc, 2014.

BNH oferece todo apoio ao plano de desfavelamento. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 3, 18 ago. 1971.

CERNEV, Jorge. *Liberalismo e Colonização: o caso do Norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Revista Cidades*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570>. Acesso em: 27 out. 2021.

COUTINHO, Humberto Puiggari. *Londrina, Estado do Paraná: 25 anos de sua história*. São Paulo: Edigraf, 1959.

FERNANDES, Duval; RIBEIRO, Vera. A questão habitacional no Brasil: da criação do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. *Anais do Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro, 2011.

FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. V.2. Londrina: Humanidades, 2007.

GAVETTI, Nelson. *A dignidade política administrativa: por que tem que ser assim?*. Londrina: Cotação, 1998.

HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

IPAC/LDA. Inventário e Proteção ao Acervo Cultural de Londrina. *Onde o Bairro é a Casa*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. *Decreto nº 1, de 2 de janeiro de 1948*. Suspende a aplicação dos dispositivos vigentes que regulam a aprovação de divisão de terrenos em lotes nas adjacências da cidade. [S. l.], 2 jan. 1948.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Vol. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007, p. 1-18.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Vol. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007, p. 19-70.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Victor Hugo Teixeira. *Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina-PR*. 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

NALIN, Adilson Luiz. *A evolução urbana de Londrina no período de 1957 a 1980 através da fotointerpretação*. 1991. 137 p. Monografia - Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1991.

PERFIL de Londrina 2020. Londrina: Prefeitura de Londrina, n. 45, 2020.

PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v.6, t.1, 1951-1952. São Paulo: AGB, 1954.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas, SP: Unicamp, 2019.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2003.

ROSANELI, Alessandro Filla. *Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana*. Curitiba: UFPR, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.